

**FICHAMENTO 1**

Direito à literatura, Antônio. Candido Prosa e Verso, Rio de Janeiro, dez. 2017.

 Anderson Garcia

“Existe em relação ao pobre uma nova atitude, que vai do sentimento de culpa até o medo.”

Partindo pressuposo que todos têm direitos iguais, independentemente da classe social. Isto demonstra como Antonio Candido tem tamanha sensibilidade e conhecimento para com o tema.

“Por quê? Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo.”

No trecho acima, o autor enfatiza que deve haver uma maior distribuição dos bens, incluindo bens não táteis, mas que também, são de grande importância para todos.

“Como noutros casos, a resposta só pode ser dada se pudermos responder a uma questão prévia, isto é, elas só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora. A nossa questão básica, portanto, é saber se a literatura é uma necessidade deste tipo. Só então estaremos em condições de concluir a respeito.”

O autor propõe um questionamento para tornar o tema menos confuso e descomplicado, contribuindo com a definição do que são os direitos humanos.

“Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.”

Neste outro trecho que escolhi para comentar, Antonio Candido define literatura, depois de nos deixar claro o que são os direitos humanos, assim podemos seguir adiante com a leitura do texto, e, por ser tão organizado aprendemos sobre o assunto e vemos que o autor tem completa afinidade com o tema.

“Deste modo, ela é ator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar.”

O autor parece filosofar, e neste trecho citado acima, ele confirma a importância da literatura e o porquê de ser considerado um direito da humanidade.

“Falemos, portanto, alguma coisa a respeito das produções literárias nas quais o autor deseja expressamente assumir posição em face dos problemas. Disso resulta uma literatura empenhada, que parte de posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas. São casos em que o autor tem convicções e deseja exprimi-las; ou parte de certa visão da realidade e a manifesta com tonalidade crítica. Daí pode surgir um perigo: afirmar que a literatura só alcança a verdadeira função quando é deste tipo. Para a Igreja Católica, durante muito tempo, a “boa literatura” era a que mostrava a verdade da sua doutrina, premiando a virtude, castigando o pecado.”

Há muitas vezes uma problematização na literatura a respeito de outros direitos humanos, segundo o auor. Porém, houve também um monopólio por parte da Igreja Católica, e o autor preocupa-se com uma possível doutrinação se apenas um “tipo de literatura” se sobressair após a garantia do seu direito a todos. Como se pudesse acontecer, como se para se ter tal direito devessemos abrir mão de alguns outros.

“A respeito, o Brasil se distingue pela alta taxa de iniqüidade, pois como é sabido temos de um lado os mais altos níveis de instrução e de cultura erudita, e de outro a massa numericamente predominante de espoliados, sem acesso aos bens desta, e aliás aos próprios bens materiais necessários à sobrevivência.”

A citação acima já denota a opinião do autor, apesar do problema se visível par qualquer um, ele nos permite saber qual seu lugar de fala e de forma sucita expõe uma pequena “crítica”, baseando-se na desigualdade de bens no Brasil como um todo.

“Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.”

Por fim, a última citação que escolhi para comentar, nos traz uma opinião que é de cunho geral na comunidade acadêmica: educação e ensino de qualidade a todos, literatura e prolematização da mesma como forma de busca por uma cultura diferenciada e compreendida por todos.

**FICHAMENTO 2**

Ler na escola: os “livros de leitura”, in: Andar entre livros- A leitura literária na escola. Tradução Laura Sandroni. S. Paulo Global, 2007, p. 15-48.

 Anderson Garcia

“Durante séculos a literatura exerceu um papel preponderante […][...] não significa, no entanto, que os alunos tenham se dedicado a ler obras literárias[...].”(p.15)

O primeiro trecho do texto trata de uma não obrigatoriedade e ao mesmo tempo a falta de interesse pela literatura – mesmo que esta obrigatória no currículo escolar – e assim, infelizmente até os dias de hoje.

“No melhor dos casos tratava-se de bel páginas para moldar o gosto e imitar nos exercícios de redação[...].”(p.17)

Ou seja, a autora nos coloca a par do que foi considerada a literatura nas escolas, senão mero fragmento utilizado para exercícios propostos, muitas vezes de respostas prontas e impostas, sem a predominância de uma leitura prévia para que houvesse a problematização além da visão do autor do livro didático.

“De modo que, apenas quando o modelo que havia permanecido essencialmente estável desde o século XIX até o pós-guerra europeu nas décadas de 1950 e 1960, a leitura de obras completas e o uso da biblioteca tiveram lugar na escola de forma generalizada.”(p.19)

 Neste trecho vemos que a mudança, apesar de tardia teve seu *início* – não obrigatoriamente prático – em meados do séc. XX, propondo o acesso total a literatura em sala de aula e na biblioteca.

“A potência deste novo discurso social pressionou a escola até o ponto de penetrar em suas concepções e modificar muitas das práticas de leitura que nela se desenvolviam.”(p.23)

Entendemos que o pensamento de algumas camadas escolares e da educação até aceitaram o novo tipo de *aplicabilidade* da literatura – porém, o texto nos mostra ainda seguir, que parece ser infelizmente distante o horizonte da formação de grandes leitores desde as séries iniciais.

“Como consequência, transformou-se tanto a visão do que a escola se propunha a ensinar nesta área como a visão sobre qual era a melhor forma de fazê-lo.”(p.24)

Na citação a cima, vemos que houve sim uma mudança de pensamento em relação ao ensino da literatura, mas talvez ainda não fora possível um consenso do modelo ideal, porque a escola simplesmente espelhe o que foi ensinado nos tempos de antigamente – haveria certa *preguiça*.

“No quadro cognitivista destas investigações, desenvolveu-se também a pesquisa sobre a leitura, sobre os mecanismos e processos através dos quais o leitor constrói o significado do texto escrito.”(p.27)

A autora fala de Vigotsky e outros grandes escritores, filósofos e professores, neste trecho, cita o modelo cognitivista que é a favor da procura por um sentido no texto literário, como exemplo prático do que pode dar certo como forma de ensino, dando novas possibilidades ao pensamento crítico e ideológico do aluno

“O aprendizado, então, se concebe centrado na leitura das obras.”(p.29)

A citação acima, simplesmente corresponde a tudo que já compreendido, mesmo assim, fica claro que a literatura não deve ser parte do currículo, mas por onde devemos iniciar nossa compreensão das obas e o do mundo a nossa volta.

“A escritora argentina Graciela Montes utiliza o conceito de” estrutura do sentimento”, de Raymond Williams, para caracterizar a falta de sentido da leitura no imaginário coletivo atual e assinalar que a *significatividade* o que nos faz falta na leitura e não uma massividade que nunca existiu de fato.”(p.47)

Por fim, transcrevi em parte – em uma citação um parágrafo localizado na página 47 – que, dentre muitos explia e nos faz buscar sentido e construirmos nossas próprias ideias e pensamentos, como deveria de ser, desde sempre.